CAPÍTULO II

Do Apoio Técnico e Administrativo

Art. 35. Caberá à Secretaria responsável pela área de Igualdade Racial, prover o apoio técnico e administrativo à execução das atividades do colegiado.

CAPÍTULO III

Dos Casos Omissos e da Entrada em Vigor

Art. 36. Os casos omissos serão discutidos e resolvidos pelo Plenário.

Art. 37. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

RESUMO DA ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2022

Conforme art. 5º, parágrafo único, inciso I, do Decreto Nº 37.256, de 15 de abril de 2016. Oitava Reunião Ordinária do Ano de 2022 do Conselho de Administração do Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor - CA/FDDC, realizada em 19 de setembro de 2022, às 14:00 horas, por videoconferência, com a presença dos seguintes Conselheiros: Dr. Marcelo de Souza do Nascimento (Conselheiro Presidente do CA/FDDC), Dra. Natálie Sonza Diefenbach (Representante Titular da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania), Dr. Idenilson Lima da Silva (Representante Titular da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF), Dra. Vivian Abadia Policena da Silva (Representante Titular do Instituto de Defesa do Consumidor - IDC/PROCON-DF), Dr. Paulo Roberto Binichski (Representante Suplente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT), Dr. Diógenes Faria de Carvalho (Representante Titular do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon), Dra. Stela Maria Cabral Domingos (Representante Titular da Ordem dos Advogados do Brasil). Ausentes Representantes da Secretaria de Economia, nomeados recentemente. Previstos na pauta do dia: 1) Boas-vindas aos novos Conselheiros Representantes da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal; 2) Apresentação pelo Relator Representante BRASILCON de relatório e voto, referentes ao processo que versa acerca da uniformização e retificação da Legislação do Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor - processo SEI n.º 00015-00005555/2021-11; 3) Apresentação pela Relatora Representante IDC/PROCON-DF de relatório e voto, alusivos ao processo que trata do projeto Material Tecnologia da Informação do Instituto de Defesa do Consumidor - processo SEI n.º 00015-00012094/2022-13 e 4) Informativos gerais. Dr. Marcelo deu boas vindas a todos. Passando-se à pauta, com inversão dos itens: Item 01 - boas vindas aos novos Representantes da Secretaria de Economia no Conselho, Dr. Jairo Portela de Medeiros e Dra. Maria Alves de Souza Mito. Item 04 - a Secretária-Executiva informou que, com relação ao projeto de Custeio da Manutenção do PROCON-DF, houve mudança do relator, visto que no sorteio saiu BRASILCON, responsável pelo processo de retificação e uniformização da legislação do FDDC, passando a relatoria para a PGDF; a Secretária-Executiva aproveitou para informar que referida proposição será apresentada em reunião extraordinária, visto a urgência da matéria. Item 03 - Representante IDC/PROCON-DF apresentou seu relatório e voto acerca do processo referente ao Projeto de Aquisição de Material de Tecnologia da Informação do IDC/PROCON-DF com recursos do FDDC, o qual foi devidamente inserido nos autos de instrução e disponibilizado aos demais Membros. A relatora deu maior ênfase ao item 15 do relatório, que trata do Plano de Trabalho apresentado pela Diretoria de Administração Geral do IDC/PROCON-DF, e destacou a justificativa do projeto, o qual "tem por finalidade precípua o desenvolvimento e o gerenciamento dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de modo a assegurar a continuidade na prestação dos serviços ao cidadão usuário, qualitativa e quantitativamente", pontuando, ainda, "a precariedade do cenário atual e a necessidade de urgência no atendimento a demanda (...)". A relatora mencionou também que o projeto tem o valor total de "R\$ 1.340.234,20, com prazo estipulado de execução para o período de 12 meses, destacando que a "melhoria das condições de trabalho dos servidores com a disponibilização de equipamentos mais modernos resultará em melhorias contínuas no atendimento à população". Passando ao voto, a relatora expos seus motivos, explicitados na justificativa e deliberou pela aprovação. Dada a palavra aos demais Conselheiros, todos os presentes votaram com a relatora pela aprovação. Como a aprovação se dá pelo voto da maioria simples, e o Conselho contem 07 Membros, o Presidente do Conselho também votou pela aprovação, para assegurar a maioria. Proposição aprovada. Item 02 - Houve apresentação do relatório pelo Conselheiro Representante BRASILCON, o qual foi devidamente juntado aos autos de instrução e disponibilizado aos demais Conselheiros. O relator concordou com as alterações sugeridas pela Secretaria Executiva do CA/FDDC, no documento de diligência, que traz as seguintes sugestões de alteração: com relação à LC 50/1997, alteração do artigo 1º para vincular o FDDC ao IDC/PROCON-DF; com relação ao artigo 2º, sugere-se a redação idêntica ao do Decreto 22.348/2001; no artigo 3º sugere-se a inclusão da despesa constante no artigo 21, III, da IN 01/2015; com relação ao artigo 4º, aponta-se a necessidade de alteração da composição do Conselho, em consonância com a Lei Distrital nº 4.585/2011, e também em seus parágrafos, para se enquadrar à legislação distrital; no tocante à gratificação, a diligência aponta a impossibilidade, com base na Lei Distrital nº 4.585/2011, mas o relator cita a possibilidade com base nos artigos 51 e 52 da Lei nº 8.112/1990, citando doutrina em seu relatório. A Secretária-Executiva informou a existência do Decreto 25.209/2004, que trata do Regimento Interno do CA/FDDC, e que, com as alterações, haverá a padronização do Regimento Interno por meio de Decreto. Com relação à Vice-Presidência, ocorrendo vacância da Representação da entidade escolhida, a Secretária-Executiva sugeriu a inclusão de norma que prevê a continuidade do mandato pelo Membro mais antigo. A Secretária-Executiva apontou a sugestão de inclusão da possibilidade de decisão ad referendum, em caso de urgência na análise da demanda, e, por fim, a sugestão de se

incluir regramento específico para os casos de troca de Representação na vigência do mandato. Representante PGDF fez comentário acerca da sugestão contida no §1º, inciso IV, do artigo 4º da LC 50/1997, que destoa da legislação dos demais Conselhos do DF, que preveem a estipulação do GETON. Representante MPDFT apontou ser contra a instituição de GETON, que depende de regramento específico, não concordando com a inclusão sugerida pelo relator. Dada a palavra aos Conselheiros, Representante da PGDF votou pelas alterações sugeridas, com a modificação no artigo 4º, §1º, IV, da LC 50/1997, para constar instituição de GETON com base na Lei Distrital nº 4.585/2011, e concorda com as sugestões da Secretaria Executiva; demais Membros votaram com Representante PGDF, com ressalva do MPDFT, pela não inclusão de GETON. A Secretária-Executiva apontou, com relação ao projeto do IDC/Procon-DF, a previsão de execução do projeto em 2022 e em 2023, e solicitou a palavra dos Conselheiros acerca da possibilidade de utilização dos recursos não utilizados no ano de 2022 na execução do ano de 2023. Representante PGDF apontou que o Conselho aprova o mérito da despesa, não vendo necessidade de aprovação da utilização dos recursos em um ano específico, e sugeriu a manifestação do jurídico do PROCON-DF acerca da possibilidade de subtração da parte do cronograma de despesa nos projetos do IDC/PROCON-DF, permanecendo apenas a autorização da despesa no Plano de Trabalho. Pela ordem, todos concordaram com Representante PGDF. Representante MPDFT fez comentário sobre a baixa execução de recursos do FDDC, que poderiam subsidiar vários projetos relacionados a direitos do consumidor, e sugeriu a realização de chamamento público, para viabilizar a utilização dos recursos e o cumprimento da finalidade do FDDC. Dr. Marcelo agradeceu a presença de todos. Ata na íntegra disponível no endereço eletrônico do Procon/DF - <http://www.procon.df.gov.br/fddc-conselho-administrativo/>.

MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO
Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre Homologar ad referendum os projetos de enquadramento no PRO-RURAL/DF-RIDE encaminhados pela Câmara Técnica.

O CONSELHO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – CPDR, no uso das atribuições que lhe confere o § 4º do artigo 38 do Decreto 21.500, de 11 de setembro de 2000, c/c com o inciso VII do artigo 14 do Regimento Interno do CPDR, o § 3º, do art. 20, da Lei nº 2.499, de 07 de dezembro de 1999, c/c com o § 4º do artigo 36 do Decreto 21.500, de 11 de setembro de 2000 c/c o Art. 6, §2º do Regimento Interno do CPDR, resolve:

Art. 1º Homologar ad referendum os projetos encaminhados pela Câmara Técnica com base no Art. 19 e Art. 20, inciso III da Lei 2.499/1999, Art. 34 inciso III, Art. 35, § 1º e Art. 38, § 3º do Decreto 21.500/2000, e Art. 2º §4º, Incisos I e II da Portaria Conjunta SEF/SEAGRI-DF Nº 01, de 01 de julho de 2015, publicados na página 70, do DODF nº 183, de 28 de setembro de 2022, listados abaixo:

Nome do solicitante	Processo
M G MOTTA E PANDOLFO CULTIVO DE CEREALIS LTDA	00072-00002646/2022-38
NELSON SCHNEIDER	00072-00001748/2022-36
CASSIO JOSÉ BENETTI	00072-00002217/2022-61

Art. 2º Os processos supracitados estão aptos à concessão dos incentivos fiscais conforme Art. 3º da Lei 2.499/1999 c/c Art. 21 e seus incisos, do Decreto 21.500/2000 e Portaria Conjunta SEF/SEAGRI-DF Nº 01, de 01 de julho de 2015.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

CANDIDO TELES DE ARAÚJO

Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

PORTARIA Nº 81, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF, no uso das atribuições previstas no inciso X, do artigo 10, do Regimento Interno da FAPDF, aprovado pelo Decreto nº 43.190, de 05 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Instaurar tomada de contas especial referente ao processo nº 00193-00002100/2018-51.

Art. 2º Os trabalhos de apuração e todos os atos administrativos necessários para a conclusão da tomada de contas serão conduzidos pela Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria nº 55, de 17 de junho de 2021, publicada no DODF nº 113, de 18 de junho de 2021.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO NICHOLAS DE FREITAS NUNES